

O EXTRATIVISMO AGRÁRIO DO GOVERNO BOLSONARO A PARTIR DAS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE

**THE BOLSONARO ADMINISTRATION'S
AGRARIAN EXTRACTIVISM AS INFORMED BY
STATE-SOCIETY RELATIONS**

**EL EXTRACTIVISMO AGRARIO DEL
GOBIERNO DE BOLSONARO BASADO EN LAS
RELACIONES ESTADO-SOCIEDAD**

Gabriel Soyer, Ricardo Barbosa Jr

RESUMO

A relação entre políticas sociais e governos progressistas na América Latina caracteriza o neoextrativismo. Com o golpe de 2016, uma só agricultura passa a ter espaço no Estado brasileiro – o monocultivo de larga escala para exportação. O agricultor camponês e familiar deixa de fazer parte do processo de construção de políticas públicas e, igualmente, não é mais atendido por elas. O extrativismo dos governos de direita demanda uma nova agenda de pesquisa. Como construir sentido da violência, do ódio aos povos do campo e apoio irrestrito ao agronegócio no governo Bolsonaro? A análise das relações Estado-sociedade evidencia quais atores e interesses são beneficiados e quais são ‘deixados de fora’ ao restringir a participação política. Bolsonaro consolida um extrativismo sem limite: um ‘extrativismo total’ que ataca movimentos sociais do campo, extingue espaços institucionais, paralisa a reforma agrária e impossibilita a soberania alimentar.

Palavras-chave: neoextrativismo; extrativismo total; agricultura; participação política; Bolsonaro.

ABSTRACT

The relationship between social policies and progressive governments in Latin America characterizes neoextractivism. After the 2016 coup, a single form of agriculture has had space within the Brazilian State – large-scale monoculture for export. Peasant and family farmers are no longer part of the public policy process and, likewise, no longer benefit from them. The extractivism of right-wing governments demands a new research agenda. How can we understand the Bolsonaro administration’s violence, hatred towards rural peoples, and unrestricted support for agribusiness? The analysis of state-society relations reveals which actors and interests benefit and which are ‘left out’ by restricting political participation. Bolsonaro consolidates extractivism without limits: ‘total extractivism’ which attacks rural social movements, extinguishes institutional spaces, paralyzes agrarian reform, and inhibits food sovereignty.

Keywords: neoextractivism; total extractivism; agriculture; political participation; Bolsonaro.

RESUMEN

La relación entre las políticas sociales y los gobiernos progresistas en América Latina caracteriza el neoextractivismo. Con el golpe de 2016, solo un tipo de agricultura tiene espacio en el Estado brasileño – el monocultivo en larga escala para la exportación. El campesino y el agricultor familiar ya no forman parte del proceso de construcción de políticas públicas y, del mismo modo, ya no son atendidos por ellas. El extractivismo de los gobiernos de derecha exige una nueva agenda de investigación. ¿Cómo podemos entender la violencia de la administración de Bolsonaro hacia la población rural y su apoyo irrestricto hacia los agronegocios? El análisis de las relaciones entre el Estado y la sociedad muestra qué actores e intereses se benefician y cuáles quedan ‘excluidos’ al restringir la participación política. Bolsonaro consolida el extractivismo sin límites: un ‘extractivismo total’ que ataca los movimientos sociales del campo, extingue los espacios institucionales, paraliza la reforma agraria e imposibilita la soberanía alimentaria.

Palabras llave: neoextractivismo; extractivismo total; agricultura; participación política; Bolsonaro.

1. Introdução

No começo do século 21 as Ciências Sociais latino-americanas avançaram no entendimento da intensificação das práticas extrativas na região (Acosta, 2013; Gudynas, 2012; Svampa, 2013; Veltmeyer, 2013). O termo ‘neoeextrativismo’ é utilizado para caracterizar como as políticas sociais implementadas por governos progressistas legitimaram o avanço do extrativismo na América Latina (Veltmeyer e Petras, 2014; Zibechi, 2014). Desse modo, a extração de matérias primas para o mercado internacional se tornou um imperativo para a promoção de políticas públicas de interesse social (Veltmeyer, 2020), levando este período a ser chamado de pós-neoliberal (Veltmeyer e Petras, 2014). Gudynas (2013), classifica o extrativismo com base em três dimensões: i) alto volume de extração; ii) intensidade de impactos; e, por último, iii) recursos naturais destinados à exportação com pouco ou nenhum processamento.

A ascensão da extrema direita (Rydgren, 2018) e do populismo autoritário (Scoones et

al., 2018) ao redor do mundo expõem os limites do neoextrativismo na América Latina,¹ demandando novas formas de entender o extrativismo nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-). Se a confluência entre distintos projetos não mais explica o que legitima o extrativismo em países da América Latina como Brasil, como entender o extrativismo nos governos de direita contemporâneos? Diante do desmonte das políticas sociais de vários países da América Latina e a ascensão do autoritarismo (Gudynas, 2018), novos referenciais são necessários para pensar o extrativismo contemporâneo. A partir do caso brasileiro, perguntamos: como construir sentido da violência, do ódio aos povos do campo e apoio irrestrito ao agronegócio no governo Bolsonaro?

É importante reconhecer que o extrativismo implica em áreas como mineração (Zhou et al., 2016), na construção de hidrelétricas (Hall e Branford, 2012), nas indústrias madeireiras (Kröger, 2012a), entre outros setores. A escolha por trabalhar com o extrativismo agrário remete ao grande impacto vivenciado pela agricultura camponesa e familiar no contexto considerado, à importância relativa das commodities agrícolas na receita comercial do país² e o nosso engajamento pessoal. Usamos a definição de extrativismo agrário de McKay (2017), ao analisar a Bolívia, por possuir similaridades com o contexto brasileiro. Nesse sentido, o extrativismo agrário “caracteriza como formas de expansão agrícola sem vínculos setoriais, controlado por um oligopólio, contribuem na destruição ambiental, não levam a nenhum tipo de desenvolvimento industrial, nem contribuem para desenvolvimento rural inclusivo” (McKay, 2017, p. 11 tradução nossa). Este texto é baseado em ampla análise bibliográfica e documental (incluindo relatórios, legislação, mídias entre outros) inclusive na vivência acadêmico-militante dos autores (Borras, 2016; Gilmore, 2008). O primeiro autor também estagiou no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) por seis meses, até o órgão ser extinto pelo governo Bolsonaro.

Desde o golpe de 2016 as políticas alimentares e da terra têm sido alvo de forte ataques no Brasil, o que tem sido chamado por movimentos sociais populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2016), de desmonte das políticas públicas do e para o campo. Relatórios indicam que neste mesmo período as desigualdades no campo se acentuam e a fome aumenta no Brasil (FAO et al., 2019; FIAN BRASIL, 2019). Analisamos as mudanças institucionais resultantes destes ataques para entender a nova forma

1 É importante notar que ao mesmo tempo em que houve a queda de governos progressistas na região (e.g., Brasil, Uruguai, Bolívia e o Equador), em alguns países eles foram eleitos, a exemplo da Argentina.

2 Veja: www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx.

com que o governo federal aborda o mundo rural. Em específico, avaliamos como o desenvolvimento é disputado no interior de espaços governamentais como Merino (2019), assim criamos subsídios para avaliar o que orienta o atual eixo extrativista brasileiro.

A literatura recente tem argumentado que o golpe de 2016 encerra um ciclo de desenvolvimento e a ação pública com alternativas para o campo (Favareto, 2017). Em apoio à bancada ruralista (Castilho, 2018), Temer nega a diversidade do meio rural brasileiro e reafirma a existência de uma só agricultura (Escher e Schneider, 2019; Favareto, 2017). Associamos o final do neoextrativismo no Brasil com o fim do que Dagnino (2004) chamou de ‘confluência perversa’, a disputa entre o projeto democratizante e neoliberal dentro do Estado. Em outras palavras, partimos do pressuposto que a análise das relações Estado-sociedade dos novos governos de direita no Brasil impõe uma só agricultura limitando as mínimas condições do ‘projeto democrático-participativo’ expressivo durante os governos petistas no Brasil.

Argumentamos que o caso brasileiro evidencia um novo padrão nas relações Estado-sociedade por meio da negação da pluralidade de sujeitos do campo, respaldado na afirmação de uma só agricultura (Escher e Schneider, 2019; Favareto, 2017). Para analisar o governo Bolsonaro utilizamos o conceito de ‘extrativismo total’ (Dunlap e Jakobsen, 2020), definido como imperativo global da economia capitalista que se desdobra por meio do uso de violentas tecnologias. Construímos nosso argumento baseado na literatura das relações Estado-sociedade (2.1), neoextrativismo (2.2) e ascensão do populismo autoritário (2.3).

2. Revisão da literatura

2.1. Relações Estado-sociedade

Com este texto, buscamos aproximar a literatura de estudos agrários aos marcos das relações Estado-sociedade, com forte tradição nos estudos de participação política dentro da Ciência Política (Abers, 2019; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Wolford, 2016) e também na Geografia (Castro, 2005; Steinberger, 2006). O estudo das relações Estado-sociedade³ pode contribuir para a expansão dos enfoques dos estudos agrários (Edelman e Wolford, 2017) a partir do Estado (Kröger, 2019; Oderich, Grisa e Barth, 2018; Vergara-Camus e Kay, 2017;

3 Para uma revisão dos estudos das relações Estado-sociedade no Brasil veja Cayres (2016).

Wolford e French, 2016; Wolford e Sauer, 2019). Essa abordagem nos permite entender as mudanças dos arranjos institucionais e políticos que repercutem na ‘mudança agrária’ (agrarian change) no Brasil contemporâneo governado, antes, por Temer e, agora, Bolsonaro.

O projeto democrático-participativo surge por meio da conquista de movimentos sociais da década de 1970 no contexto de abertura política e culmina na Constituição de 1988 (Sader, 1988). Nesse sentido, representa um momento de aprofundamento e inovação dentro da construção da democracia brasileira (Dagnino, 2004), baseado na extensão e generalização do exercício de direitos (para mais veja, 3.1). Conquistou-se por meio da luta, a premissa formal de combater a injustiça social, visando avançar a pauta de demandas distributivas e o acesso de grupos populares a serviços públicos (Lavalle, 2003). Assim, isto marca um momento político mais permeável aos diversos atores, repercutindo na elaboração e execução das políticas públicas e favorecendo decisões mais justas e legítimas (Almeida e Tatagiba, 2012).⁴ Dentro do projeto democrático-participativo, o período governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) se destacou (veja 3.2), pois a reconfiguração das relações entre movimentos sociais e o Estado brasileiro teve implicações para a formulação e implementação de políticas públicas (Abers, Silva e Tatagiba, 2018), onde movimentos e atores sociais experimentaram criativamente diversos repertórios de interação Estado-Sociedade (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014) – incluindo as políticas para a terra e alimentação, como analisamos aqui.

Ao aproximar os Estudos Agrários e os estudos sobre participação política é possível visualizar algumas limitações do projeto democrático-participativo. Primeiro, analisamos conjuntamente as relações Estado-sociedade com a literatura sobre extrativismos para compreender de maneira ampla as condições que permitiram o avanço do projeto participativo nos governos petistas e a base contraditória que o sustentou. Em sequência, situamos os novos padrões que emergem no extrativismo dos governos Temer e Bolsonaro (veja seção 3.3) a partir das mudanças nas relações Estado-sociedade.

2.2. Extrativismo e governos progressistas

O extrativismo é central para as economias latino-americanas desde a colonização

4 Houve inclusive participação da sociedade civil na governança de políticas públicas, e.g., o modelo da assistência social, a educação, a saúde e a alimentação.

(Furtado, 1963; Ianni, 1984), sendo particularmente importante para entender os recentes governos progressistas. A medida em que estes foram eleitos na América Latina, em um movimento conhecido como ‘guinada à esquerda’ (left turn) ou ‘maré rosa’ (pink tide), existiu um alinhamento de diversas diretrizes políticas. Isto é, passou-se a contar com o maior favorecimento das relações Sul-Sul (Melo, Oliveira e Barbosa Jr, 2018) e implementou-se diversas políticas de distribuição de renda (Soares et al., 2010). Estes processos foram acompanhados do avanço de políticas sociais não só no Brasil (Sader, 2013; Sauer, 2019; Sauer e Mészáros, 2017), mas no conjunto da América Latina (para uma revisão veja Coca e Barbosa Jr, 2016; Escobar, 2010; Sader, 2009). Em particular, o Brasil viveu o avanço dos processos de extração de recursos naturais (Veltmeyer, 2013), com ênfase na extração de recursos agrícolas (Mckay, 2017) e mineral (Zhourri et al., 2016). Essas políticas tinham como promessa erradicar a pobreza e a desigualdade por meio do aumento de gastos públicos em políticas sociais advindo da renda do extrativismo (Arsel, Hogenboom e Pellegrini, 2016). Como forma de caracterizar o momento, surge o conceito de ‘neoextrativismo’ (Acosta, 2013; Gudynas, 2012), conseguindo descrever e explicar o período com forte aspecto de denúncia e poder mobilizatório (Svampa, 2019).

Isto é, houve uma concordância tácita entre os governos progressistas de que o extrativismo é o ‘único caminho’, o que leva as políticas de desenvolvimento a serem orientadas por um ‘consenso das commodities’ (Svampa, 2013). E, por outro lado, tais práticas buscam se legitimar através de políticas sociais que caracterizam um ‘Estado compensador’ (Gudynas, 2012). Assim, as atividades extrativas se tornam tão centrais para o desenvolvimento, representando o que Arsel, Hogenboom e Pellegrini (2016) chamam de um ‘imperativo extrativista’.

Passaram ser chamados de pós-neoliberais os arranjos que substituíram o modelo neoliberal que dominou a América Latina no final do século 20 (Veltmeyer e Petras, 2014). Entretanto, mesmo que vários destes governos tenham tido apoio de movimentos sociais rurais na América Latina (Gudynas, 2012) e, em particular, no caso brasileiro, o desenvolvimento continuou orientado para as grandes propriedades, favorecendo o agronegócio (Sauer, 2019). Nesse sentido, o governo apoiou tanto o agronegócio quanto a agricultura familiar no Brasil. No primeiro momento pode parecer contraditório por incorporar projetos de agricultura opostos, como argumenta Niederle (2018). Contudo, a coexistência de tais posturas conflitantes faz sentido à medida que perpetuou o poder do próprio Estado e a capacidade de seus governantes de governar (Rocha e Barbosa Jr, 2018). Mesmo que as experiências de governos progressistas tenham representado para muitos uma alterna-

tiva às reformas orientadas ao mercado (Vergara-Camus e Kay, 2017), estas contradições não se sustentaram a longo prazo. Um resultado significativo dessas contradições foi a chegada de governantes conservadores ao poder, ilustrado no Brasil em 2016 por Temer (Fernandes et al., 2017; Lerrer e Carter, 2017; Lima, Pereira e Barbanti, 2018; Pahnke, 2018) e posteriormente Bolsonaro, como analisamos neste artigo.

2.3. Ascensão do populismo autoritário

A ascensão da extrema direita é um dos fenômenos políticos mais marcantes da última década (Rydgren, 2018). Os Estudos Agrários incorporam este tema à sua agenda ao aborda-lo enquanto ‘populismo autoritário’ (Scoones et al., 2018). Três grandes eixos caracterizam os esforços da área. Primeiro, a associação entre a ascensão da extrema direita e o mundo rural (Carolan, 2020; Mamonova e Franquesa, 2019; Wit et al., 2019). Segundo, o impacto desta ascensão no mundo rural (Andrade, 2019; Fernandes et al., 2020; Sauer et al., 2019). Por fim, o que ativistas e acadêmicos podem fazer para resistir à extrema direita (Borras Jr., 2019). Edelman (2019), por exemplo, chama atenção para a necessidade de reconhecer ‘ruralidade’ como categoria cultural e de identidade moldada pelas circunstâncias da vida e que influencia a subjetividade política para ajudar a entender o forte apelo de Donald Trump em comunidades rurais nos EUA.

A ascensão da chamada ‘nova direita’ no Brasil (Santos e Tanscheit, 2019), tem resultado em trabalhos que avaliam o impacto destes governos no mundo rural. Por um lado, a literatura tem avançado ao apresentar às consequências nas políticas sociais para o campo (Niederle et al., 2019; Sabourin, Craviotti e Milhorange, 2020; Vasconcelos et al., 2019). Por outro, trabalhos tem documentado e denunciado as consequências dos governos de Temer e Bolsonaro no campo (Fernandes et al., 2017, 2020; Leite, Tubino e Sauer, 2019; Mitidiero Junior e Feliciano, 2018; Sauer et al., 2019). A ‘nova’ direita tem tido sucesso ao explorar o descontentamento com as políticas sociais recentes em função de sua relação com o neoliberalismo (Fischer, 2020). Neste sentido, Andrade (2019) argumenta que a ascensão da direita no Brasil está diretamente ligada à postura dos governos petistas de se posicionar como representante dos interesses ‘de baixo’ enquanto avançava um projeto político que promovia os interesses ‘de cima’, como das elites agrárias. Construímos nosso argumento a partir dessa literatura, buscando levá-la adiante.

3. Contexto

3.1. O projeto democrático-participativo

Os padrões da relação Estado-sociedade estabelecidos após a redemocratização nos permitem entender as disputas na construção democrática brasileira. De acordo com Dagnino (2004), a disputa político-cultural entre um projeto democratizante e neoliberal na América Latina e, em específico no Brasil, se traduz numa ‘confluência perversa’. Isto é, a existência da disputa entre os projetos democratizante e neoliberal no interior dos espaços públicos de participação do Estado como forma de anulação do conflito, permitindo entender a incorporação de distintos projetos de desenvolvimento como durante o período do neoextrativismo.

Antes dos governos do PT espaços dentro do Estado foram conquistados por povos indígenas, camponeses e sociedade civil ao resistirem ao ajuste estrutural, capitaneado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional na década de 90 (Veltmeyer, 2020). No Brasil, o período representa o início de políticas com abrangência nacional direcionada aos agricultores e camponeses (Mattei, 2014). A reforma agrária prevista no artigo 184 da Constituição Federal de 1988 que determinou a garantia da função social da terra pelo Estado, ilustra a conquista de espaço institucional. Além disso, podemos citar o surgimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como uma demanda popular (MALUF, 2006) e o Consea, uma entidade civil de participação conjunta da sociedade e do poder público para orientar as políticas públicas alimentares no Brasil. A criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2000, representa uma particularidade institucional no Brasil. Isto é, dois ministérios para lidar com uma mesma questão: o desenvolvimento do/para o campo. Sendo o MDA voltado para a agricultura familiar e camponesa enquanto o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) é direcionado para o agronegócio (Barbosa Jr e Coca, 2015). Outro exemplo é Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Carneiro, 1997; Schneider, Cazella e Mattei, 2004) que estabeleceu a formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural como pré-condição de sua implementação. Isto se deu por meio da negociação dos governantes com os sindicatos rurais (Grisa, 2012). Demonstrando que mesmo durante o neoliberalismo, o Estado brasileiro legitima, em parte, a categoria social dos agricultores familiares (Mattei, 2014).

O arranjo que marca a redemocratização do Brasil possibilitou o surgimento de diver-

sas instituições participativas – isto é, formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas públicas (Avritzer, 2008). Estes espaços institucionais foram conquistados através da luta. Dentre os quais destacamos alguns. Primeiro, ainda na constituinte, o movimento de luta pelo sistema universal de saúde incorporou a SAN à agenda política (Leão e Maluf, 2009). Segundo, como marcos emblemáticos da violência e dos conflitos no campo (Oliveira, 2001) ocorreu o Massacre de Corumbiara, em 1995, em Rondônia (Mesquita, 2008), que levou 10 agricultores sem-terra a morte, e o Massacre de Eldorado de Carajás, em 1996, no Pará (Barreira, 1999), resultando no assassinato de 21 agricultores sem-terra. Episódios estes que levaram o MST a realizar em abril de 1997 a Marcha para Brasília, que foi recebida por mais de 100 mil pessoas. Em função disso, o MST adota a palavra de ordem ‘Reforma Agrária: uma luta de todos’ (Stédile e Fernandes, 2002). A pressão dos movimentos sociais e a comoção social após estes massacres possibilitaram a oportunidade política para a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2000. Estes espaços participativos ganharam maior expressividade posteriormente nos governos do PT.

3.2. O neoextrativismo dos governos do Partido dos Trabalhadores

Para entender o extrativismo pós-2016 é necessário primeiro apresentar como se deu o neoextrativismo e as relações Estado-sociedade nos governos do PT.⁵ Ainda que o Estado estivesse aberto a outro repertório de interação nos governos do PT, ele foi direcionado para o agro-extrativismo (Vergara-Camus e Kay, 2017). As políticas de agricultura e alimentação do Brasil são marcadas pela dualidade paradoxal em que elas foram abordadas durante os governos petistas (Niederle, 2018). De um lado, o país tornou-se uma potência exportadora de commodities agrícolas e atravessou um boom econômico à medida em que o agronegócio avançou com forte apoio estatal (Hopewell, 2016). Por outro lado, as políticas sociais implementadas pelo PT permitiram que muitos brasileiros deixassem a pobreza, contribuindo diretamente para a diminuição da fome em todo o país.

5 Reconhecemos que há diferenças entre os mandatos de Lula e Dilma, para fins deste artigo mantemos que a postura para com o extrativismo nos governos do PT pode ser tratada em conjunto como neoextrativismo.

O combate à fome tornou-se uma prioridade para o governo federal com a chegada do PT à presidência (Wittman e Blesh, 2017). As políticas de compras públicas de alimentos, que foram instituídas como parte do programa Fome Zero, emergiram como promessa durante a campanha eleitoral de Lula em 2002. Seguido disso, o Consea foi recriado⁶ em 2003 e posteriormente introduzido nos níveis estaduais e municipais. A história de luta por políticas alimentares e o modelo de governança democratizada resultante é o que permite que a SAN no Brasil seja entendida como uma política de soberania alimentar (Leão e Maluf, 2009; Maluf et al., 2015; Wittman, 2015) para além de uma mera política de segurança alimentar.

Por outro lado, a proximidade com setores do capital agrário inibiu a ação governamental de avançar uma política da terra proativa (Sauer, 2019), que contemplasse medidas de maior impacto como a reforma agrária e assentamento de famílias sem-terra. Dagnino (2016) argumenta que a relação Estado-Sociedade deveria ter ido além da participação puramente institucional. Como exemplos, podemos citar o caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Mesmo que existisse uma atuação permeável a diversos atores sociais (Penna e Rosa, 2015), ao estudar o Incra, Wolford (2016) identifica uma experiência limitada pois o órgão não atuou conjuntamente com a demanda de movimentos sociais, como o MST. Em outro caso, Kröger (2012b) afirma que vozes alternativas e projetos de 'baixo' não foram incorporados ao processo decisório, ao analisar a estratégia dos 'Campeões Nacionais' que visou o fortalecimento de empresas voltadas para a exportação como a JBS SA. Cabe ressaltar ainda que, o Código Florestal de 2012 criou as condições para o desmatamento até mesmo em áreas de conservação (Kröger, 2019), evidenciando a opção do Estado pelo neoextrativismo.

3.3. O golpe de 2016 e o fim do neoextrativismo

O segundo mandato de Dilma Rousseff foi interrompido em abril de 2016 por meio de um golpe jurídico-parlamentar, que colocou o vice Michel Temer no poder. Meses antes da consumação do golpe, o partido de Temer, atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já havia abandonado a base do governo. As contradições dos governos

6 O Consea foi interrompido no governo de Fernando Henrique Cardoso, veja Maluf (2006).

do PT, em especial pela opção por um modelo de desenvolvimento para o campo que apoiou o agronegócio, fortaleceram as elites agrárias (Sauer, 2019), modelo este que se viu esgotado com o fim do boom das commodities (Doctor, 2012). Com a queda dos preços das commodities, a dependência do país para com as exportações agrícolas e minerais ficou sujeita às mudanças no mercado mundial (Morais e Saad-Filho, 2012). Desse modo, com o fim do ciclo de alta nos preços, o país começou a enfrentar piores condições macroeconômicas do que as experienciadas no início dos anos 2000 (Flexor e Leite, 2017). Neste sentido, o golpe de 2016 e o cenário posterior são resultado de tendências estruturais, decisões políticas e de uma radicalização das lutas distributivas entre as classes sociais, em um contexto marcado pela escalada dos conflitos políticos e mobilização nas ruas (Braga e Purdy, 2019; Schincariol e Yeros, 2019). Ainda que o modelo de desenvolvimento implementado no início do século 21 tenha resultado na incorporação de um gama mais ampla de atores (Dagnino, 2016), incluindo novos repertórios de interação Estado-sociedade na área do desenvolvimento rural (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014), os grandes setores agrícolas nacionais e transnacionais continuaram desempenhando papel central no governo durante o neoextrativismo (Schneider, Silva e Marques, 2004; Vergara-Camus e Kay, 2017).

A consumação do golpe jurídico-parlamentar de 2016 teve relação próxima com as elites agrárias (Castilho, 2018; Lerrer e Carter, 2017; Lima, Pereira e Barbanti, 2018). A elite agrária é uma força organizada há tempos na vida política nacional, utilizando-se de táticas violentas e patronais (CPT 2019; Faoro, 2013). Exemplos incluem a Sociedade Rural Brasileira, organizada desde 1919, e a União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1985 (CPDOC, 2019). No entanto, a partir de 1987, com a criação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a projeção e atuação das elites agrárias alcançaram novo patamar. Isto é, a FPA passou a exercer influência a partir do ideário do patronato rural principalmente nos espaços de elaboração e execução de políticas (Bruno, 2017). O alinhamento entre Temer e a FPA evidenciou o compromisso do governo de promover os interesses do agronegócio ao inibir o avanço da agricultura familiar (veja 4.1).

Contudo, é necessário fazer uma leitura crítica do Golpe de 2016 que vai além da visão do PT enquanto ator passivo diante dos acontecimentos. De tal modo, concordamos com os autores que indicam que as tendências estruturais, como os descontentamentos dos e das trabalhadoras e as decisões políticas imediatas (Braga e Purdy, 2019), também criaram condições para a ascensão da extrema direita no Brasil (Boito e Saad-Filho, 2016).

4. As relações Estado-sociedade e o extrativismo nos governos Temer e Bolsonaro

4.1. O governo Temer (2016-2018): Uma ponte para o passado

Se o golpe de 2016 marcou o fim do neoextrativismo, o que vem depois? Ao assumir a presidência, Michel Temer acirra medidas de austeridade fiscal no país. O programa ‘Uma Ponte para o Futuro’, lançado em 2015 pela Fundação Ulysses Guimarães do MDB, orientou as medidas implementadas por Temer. O projeto buscou a reorganização do Estado brasileiro a partir de preceitos neoliberais com apoio do setor privado (Cavalcanti e Venerio, 2017; Cypher, 2017). Foi inaugurado assim um novo regime no âmbito das relações Estado-sociedade no Brasil definido como a interação entre atores políticos relevantes que afirmam e defendem projetos de sociedade (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014), com a proeminência do setor ruralista.

As mudanças institucionais e cortes orçamentários feitos por Temer evidenciavam seus esforços de promover uma só agricultura. No reajuste ministerial, Temer extinguiu o MDA, e com o decreto 8.786/2016 subordinou a sua estrutura à Casa Civil da Presidência da República. Somou-se a isso, a aprovação da Emenda Constitucional 95 que estabeleceu um teto de gasto e congelou o investimento público por 20 anos, constitucionalizando a austeridade fiscal no Brasil. Como resultado, as políticas públicas orientadas à agricultura familiar foram atacadas e tiveram sua participação reduzida no orçamento do Estado (Freitas, 2018). Foram reduzidos também os orçamentos do Incra, da Fundação Nacional do Índio (Funai), e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (Wolford e Sauer, 2018). Com essas instituições enfraquecidas, o famoso ruralista membro da FPA, senador Blairo Maggi, foi nomeado Ministro da Agricultura.

A extinção do MDA reforçou a escolha do modelo do agronegócio enquanto padrão que orienta as políticas públicas para a alimentação (Fernandes et al., 2017). A desestruturação do corpo técnico ligado ao MDA representou retrocesso diante do longo processo para que se consolidasse uma burocracia especializada em prol de setores muitas vezes esquecidos pelo Estado (Mattei, 2018). Cortes orçamentários comprometeram as metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2016-2019. O PAA foi um

dos programas que sofreu maior impacto.⁷ O governo Federal visou diminuir os recursos do PAA rapidamente até que o programa fosse descontinuado por inação (Souza, 2018). O orçamento do PAA para o ano de 2017 foi reduzido em 52%, se antes estava previsto R\$ 318,6 milhões para atender 55 mil agricultores camponeses e familiares, com R\$ 150 milhões somente 25 mil foram atendidos (CONSEA, 2017).

A política de Temer para a terra atacou a reforma agrária e favoreceu a concentração fundiária brasileira. Em 2017 apenas 29 assentamentos da reforma agrária foram criados (DATALUTA, 2018). A reforma agrária foi paralisada, sobretudo ao inibir as atividades do INCRA (Teixeira, 2017). Ainda, a reorientação neoliberal ditou as políticas da terra no Brasil. A individualização das famílias e a prioridade dada aos ocupantes irregulares favoreceu a comercialização de terras públicas (Sauer e Leite, 2017). A Lei 13.465/2017 ampliou as oportunidades de ‘regularização’ da grilagem de áreas públicas com até 2.500 hectares, ou seja, priorizando grandes agricultores (Paulino, 2017).

As novas formas de extrativismo após 2016 levaram à intensificação da perseguição aos povos do campo, incluindo até mesmo, funcionários públicos e pesquisadores. Foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito, investigando as atividades do Incra e Funai, que indiciou ao final, antropólogos, indígenas e funcionários públicos (Leite, Castro e Sauer, 2018). Tais medidas ocorreram simultaneamente ao acirramento dos conflitos no campo. Foram registrados 132 assassinatos no campo entre 2016 e 2017 (CPT 2019). Já em 2018, ainda que a quantidade de assassinatos no campo tenha diminuído, o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo aumentou mais de 30%, chegando a 960.342 casos (CPT, 2019). Com base nesses dados, a Global Witness (2018) demonstra que o Brasil é líder mundial na violência e no número de assassinatos no campo. O ‘Acordo de Escazú’ de 2018,⁸ em seu artigo 9, prevê a necessidade de proteger a integridade física dos militantes da luta pela terra e ativistas ambientais. Um marco no qual o Estado brasileiro, no conjunto da América Latina e Caribe, reconhece formalmente que os militantes da luta pela terra e ativistas ambientais estão sendo perseguidos e assassinados por motivos políticos e necessitam de proteção.

Desta forma, apesar do Programa Ponte para o Futuro se propor a modernizar o Estado brasileiro, evidencia-se que se tratou de uma ponte para o passado, com imensos retroces-

7 Para mais sobre o PAA veja Coca (2015).

8 ‘Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe’, veja artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2019/03/Acordo-de-Escazú.pdf.

tos que incluíram: a concentração de pastas da agricultura e do meio ambiente sob o poder do agronegócio, cortes orçamentários de políticas sociais, e o aumento da violência no campo. Apesar disso, as políticas econômicas implementadas no governo Temer não diminuíram a recessão e nem promoveram uma expressiva recuperação econômica (Schincariol e Yeros, 2019). Assim, o Golpe de 2016 não supriu os resultados esperados de recuperação econômica do Estado e ainda, o alinhamento de Temer com as elites agrárias deu início a um novo modelo de extrativismo. O governo Temer marca o fim do neoextrativismo e o início de um novo eixo do extrativismo no Brasil que se consolida no governo Bolsonaro.

4.2. O governo Bolsonaro (2019-): A consolidação de uma só agricultura

Para entender e caracterizar o extrativismo do governo Bolsonaro, analisamos dois momentos. As eleições de 2018 que representaram a disputa entre a retomada do neoextrativismo e a consolidação de uma só agricultura para o Estado brasileiro. E, em seguida, o primeiro ano de governo Bolsonaro, onde um novo modelo de extrativismo se consolida.

4.2.1. As eleições de 2018 como disputa entre o neoextrativismo e o caminho único para a agricultura

Projetos políticos de natureza opostas marcaram as eleições de 2018 no Brasil. Pela primeira vez desde 1994 o pleito não foi definido, em segundo turno, pela disputa entre PSDB e PT. O candidato inicial do PT, Lula, lançou sua campanha ainda em cárcere. De forma inédita, o então candidato Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), deputado do ‘baixo clero’ por não figurar enquanto parlamentar relevante no jogo político da Câmara, emergiu enquanto presidenciável com 18% de intenções de votos na primeira pesquisa eleitoral.⁹ Apesar de Lula

9 Veja www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/lula-fica-a-frente-na-disputa-pela-presidencia-da-republica-no-cenario-com-haddad-como-opcao-do-pt-bolsonaro-aparece-na-lideranca/.

estar à frente em todas as intenções de votos, sua candidatura não foi referendada pela decisão controversa do Supremo Tribunal Federal. Seu vice, Fernando Haddad, assume como candidato do PT. Os dois candidatos apresentam projetos políticos contrastantes para o campo: por um lado, diversidade de pautas que incluem a reforma agrária como central para transição agroecológica; do outro, propostas desarticuladas de segurança alimentar, nenhuma menção à reforma agrária e um projeto de criminalização de movimentos sociais rurais (Duarte, 2019).

Bolsonaro foi eleito no segundo turno, com 55,13% dos votos, enquanto Haddad recebeu 44,87%. O resultado acirrado evidencia a polarização vivida no país. A eleição de 2018 foi marcante por redefinir consensos assentados desde 1988 ao deslegitimar a ‘democracia’, a ‘defesa dos direitos humanos’ e o ‘combate à desigualdade social’ (Miguel, 2018). Durante sua trajetória política, Bolsonaro manteve seu apoio às elites agrárias e fez oposição aos povos do campo, com ataques abertos aos camponeses ligados ao MST, aos indígenas e comunidades tradicionais. Ainda em campanha eleitoral Bolsonaro afirmou “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” se referindo a qualquer tipo de oposição.¹⁰ No seu plano de governo, Bolsonaro prometeu “tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro” (TSE, 2018, p. 32). Ainda, mencionava ‘segurança alimentar’ juntamente com a ‘defesa agropecuária’, ao propor a criação de uma pasta ministerial unificada para a agricultura. Neste sentido, o sucesso eleitoral do Bolsonaro representou a vitória de um caminho único para agricultura e a consolidação de um projeto de extrativismo com apoio irrestrito ao agronegócio.

4.2.2. Uma só agricultura para o Estado: O primeiro ano do governo Bolsonaro

Os ataques aos povos do campo iniciados no governo Temer se intensificaram após Bolsonaro chegar à Presidência. As reformas neoliberais iniciadas em 2016 (Saad-Filho, 2018) são reforçadas e levadas adiante a partir de um projeto notadamente autoritário (Bruff e Tansel, 2019). Bolsonaro extinguiu o Consea por meio da Medida Provisória 870/2019, editada no mesmo dia de sua posse, explicitando a postura de seu governo para com a SAN e a limitação do diálogo com a sociedade civil. Em seguida, Bolsonaro extinguiu também a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que estava vinculada à Casa Civil como resquícios do antigo MDA. A postura

¹⁰ Veja veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/.

do governo Bolsonaro e suas medidas para a agricultura tornam evidentes a partir de declaração de que “não há fome no Brasil” em julho de 2019,¹¹ apesar de dados oficiais mostrarem que a fome estava aumentando (FAO et al., 2019; FIAN BRASIL, 2019).

Se por um lado os espaços institucionais da agricultura familiar foram extintos, por outro, nomes ligados a associações patronais alçam cargos estratégicos para levar adiante os interesses do agronegócio. A ex-Presidente da FPA, Tereza Cristina, foi nomeada Ministra da Agricultura e Luiz Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR, assume a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) (Dulci e Tubino, 2019). Ao mesmo tempo em que líderes das duas principais instituições do agronegócio ocupam postos-chaves, o atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, coloca em prática um projeto de destruição dos mecanismos de preservação ambiental e inação dos meios de fiscalização (Schreiber e Fellet, 2019). Essas nomeações permitem entender o acirramento de medidas contra os povos do campo. Vão no mesmo sentido as restrições impostas ao financiamento da agricultura familiar por meio Pronaf com o teto orçamentário de R\$ 800 milhões, segundo as estimativas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).¹²

As próprias instituições que produzem o conhecimento sobre a realidade nacional se tornaram alvos do governo Bolsonaro. Outros governos da América Latina também atacam a ciência para implementar políticas públicas que avançam o extrativismo (Gudynas, 2019). O Censo Agropecuário, importante meio para averiguar a realidade do mundo rural, que sofria ataque já no governo Temer (Mitidiero Junior, Barbosa e Sá, 2017), sofreu redução das suas perguntas buscando ocultar a diversidade do campo brasileiro ao impossibilitar a diferenciação produtiva e entre os produtores. Pesquisadores e pesquisadoras que apresentam resultados contrários à agenda do agronegócio são também perseguidos. Como exemplo, a imunologista Mônica Lopes Ferreira sofreu perseguição após mostrar que não existem doses seguras de agrotóxicos (Simões, 2019). Essa perseguição é ainda mais grave dada a grande quantidade de novos agrotóxicos liberados em um ritmo alarmante: em 2019 foi liberado mais de um agrotóxico por dia, representando o maior número nos últimos 14 anos (Sudré, 2019). Adicionado a isso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) diminuiu a regulamentação ao adotar como única categoria o fato do agrotóxico causar graves danos ou não (Cancian, 2019).

11 Veja noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/07/19/os-dados-que-contradizem-afirmacao-de-bolsonaro-de-que-nao-ha-fome-no-brasi.htm.

12 Veja www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588881-governo-bolsonaro-suspende-financiamento-para-agricultura-familiar.

No primeiro ano do governo Bolsonaro a reforma agrária sofreu o maior ataque desde 1985, com a criação de apenas dois assentamentos com áreas demarcadas em anos anteriores (Fernandes et al., 2020). Apesar do desprezo institucional de Bolsonaro aos povos do campo, foi registrado um total de 1.301 ações de protesto e reivindicação pela reforma agrária, o maior número nos últimos dez anos (CPT, 2020). Além disso, o governo lançou a Medida Provisória 910/2019 que incentiva a apropriação ilegal de terras públicas e fomenta a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e Cerrado (Sauer et al., 2019). Bolsonaro busca implementar um extrativismo sem limites marcado por violência. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, o Caderno de Conflitos no Campo de 2019 é “divisor de águas [...] um marco histórico, por discorrer sobre um ano peculiar, forjado em têmpera diferente, de brutal tenacidade” (CPT, 2020, p. 7).

5. De uma só agricultura ao extrativismo total

Como construir sentido da violência, do ódio aos povos do campo e apoio irrestrito ao agronegócio no governo Bolsonaro? Oferecemos resposta a essa pergunta de três maneiras. Primeiro, ao apontar os limites da sustentação do neoextrativismo e o avanço de setores ruralistas. Segundo, ao refletir sobre o que significa ter uma só agricultura, analisando quais atores e interesses são beneficiados e quais são ‘deixados de fora’ a partir da literatura das relações Estado-sociedade. Terceiro, ao avançar este argumento analiticamente por meio da literatura sobre extrativismo na América Latina apontando a categoria de ‘extrativismo total’ (Dunlap e Jakobsen, 2020) para explicar o governo Bolsonaro.

5.1. Por uma só agricultura?

Os espaços de participação e às condições para o contraditório são reduzidos nos governos Temer e Bolsonaro. Leite, Tubino e Sauer (2019) argumentam que os novos arranjos institucionais no Governo Bolsonaro favorecem o agronegócio capitaneado pelos interesses da Bancada Ruralista. Fernandes (2019) argumenta que “o conjunto de políticas que nós construímos está sendo destruídos no sentido de formar políticas para o desenvolvimento da produção de monocultivos para a exportação. Todo o resto

vai ficar desprotegido. Essa desproteção vai fragilizar as comunidades e vai colocá-las à disposição do avanço do agronegócio”. Nestes termos, não somente as políticas alimentares e da terra estão sendo atacadas. Este desmonte cria maiores condições para o avanço do agronegócio. Uma só agricultura ganha espaço no Estado (Escher e Schneider, 2019; Favareto, 2017). Isto é, o monocultivo de larga escala para exportação. Sendo assim, o agricultor camponês e familiar deixa de fazer parte do processo de construção de políticas públicas e, igualmente, não é mais atendido por elas. Em períodos anteriores, ainda com várias limitações (Merino, 2019), existiam espaços e diferentes vozes para a formulação de políticas públicas do e para o campo (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). O atual Plano Safra 2019/2020 explicita a postura do governo Bolsonaro já em seu título: ‘Uma só agricultura alimentando com qualidade o Brasil e o mundo’.¹³

Como visto, a facilidade do desmonte institucional e orçamentário das políticas analisadas durante os governos Temer e Bolsonaro evidenciam que elas estavam sujeitas às contradições e limites do próprio Estado já no neoextrativismo. Neste sentido, ainda que desde o golpe de 2016 os ruralistas ditem as relações Estado-sociedade sem oportunidade de contestação efetiva (Gudynas, 2018), as políticas sociais já estavam ameaçadas diante das formas exploradoras de extrativismo usadas pelos governos progressistas para obter e manter legitimidade (McKay, 2019). Isto é, ainda que existissem instituições participativas durante os governos petistas, estas já não tinham acesso ao orçamento de maneira significativa (Tavares, 2012) e muitas vezes reproduziam rotinas burocráticas (Almeida e Tatagiba, 2012). O desmonte dessas políticas nos alerta para a necessidade de contínuo engajamento com movimentos sociais mesmo durante governos de esquerda (Wolford e Sauer, 2018). Aponta também, para à inefetividade do projeto democrático-participativo em incorporar setores progressistas importantes (Mario, Trindade e Tavares, 2018).¹⁴ Unir a literatura do neoextrativismo e da participação política nos permite refletir sobre o novo eixo que orienta o extrativismo no Brasil após 2016.

5.2. O extrativismo total

13 Veja www.agricultura.gov.br/plano-safra. Será a primeira vez em 20 anos que haverá um só plano para pequenos, médios e grandes produtores, o que ocultará a disputa orçamentária entre o campesinato/a agricultura familiar e o agronegócio, evidenciada anteriormente por meio de dois planos para os diferentes modelos de agricultura e de desenvolvimento para o campo (Barbosa Jr e Coca, 2015).

14 Veja também (Teixeira e Trindade, 2018)

O extrativismo após 2016 é um retorno ao ‘velho’ extrativismo? Atualmente há diversos países na América Latina não mais abertos a políticas públicas centradas nas categorias da agricultura familiar e camponesa (Grisa e Sabourin, 2019).¹⁵ Isso é resultado, em parte, da crise econômico-financeira que marca o fim do boom das commodities ao reduzir a receita dos Estados e acentuar a concentração da agricultura de monocultivos para exportação. Nossos resultados estão alinhados com Ye et al. (2019) ao afirmar que o extrativismo contemporâneo tem se convertido em um elemento estrutural do sistema político-econômico em países como o Brasil. Em termos analíticos, o conceito de ‘extrativismo total’ de Dunlap e Jakobson (2020) nos permite entender o novo eixo extrativista no Brasil que se inicia no governo Temer e se consolida no governo Bolsonaro. Isto é, o extrativismo total enquanto um imperativo global da economia capitalista que se desdobra por meio do uso de violentas tecnologias, ataca movimentos sociais do campo, extingue espaços institucionais, paralisa a reforma agrária, e impossibilita, por fim, a soberania alimentar.

O neoextrativismo, baseado na extração de recursos naturais e a implementação de políticas sociais, fora colocado como ‘único caminho’ para os governos progressistas na região – i.e., consenso das commodities (Svampa, 2019). Niederle et al. (2019, p. 717) afirmam que durante o governo Temer existiu um “novo dualismo, não mais entre agricultura familiar e agronegócio, mas entre agricultores produtivos e improdutivos”. Neste texto, argumentamos que um novo referencial se faz necessário para pensar o extrativismo no governo Bolsonaro. A ausência de espaço para outras agriculturas e outros agricultores no interior do Estado caracteriza um novo imperativo: o extrativismo total como ‘único caminho’.

Neste sentido, se existiu um ‘único caminho’ que unia interesses opostos agora há um ‘único caminho’ totalizante para o mundo rural. Este projeto, notadamente autoritário, remete a outros arranjos como o ‘neoliberalismo autoritário’ (Bruff e Tansel, 2019), diferente do neoliberalismo que antecede os governos petistas. Por isso argumentamos que o extrativismo após 2016 não representa uma volta ao ‘velho’ extrativismo. Apesar do anterior também ter sido violento, essa violência não era exercida de forma total, como vivemos no governo Bolsonaro. A ideia de uma só agricultura, a qual adotamos como indicativo de outros setores extrativistas, é radicalizada por Bolsonaro. A partir da noção de ‘extrativismo total’ (Dunlap e Jakobsen, 2020), afirmamos que o governo

15 Para além das medidas dentro do Brasil, há também um novo direcionamento onde o país deixa de lado sua projeção internacional por meio da exportação de políticas sociais alimentares (Faria, 2012; Nehring e Hoffmann, 2017).

Bolsonaro além de ser totalizante em termos de projeto de desenvolvimento capitalista, é também totalizante a partir das relações Estado-sociedade, o que é evidenciado pela centralização política e fechamento das instituições participativas.

6. Conclusão

Se durante o neoextrativismo espaços participativos foram conquistados por movimentos sociais que estabeleceram contrapartidas ao avanço da extração de commodities, neste artigo evidenciamos que Bolsonaro consolida um extrativismo sem limites: um extrativismo total. Concluimos com uma reflexão sobre possibilidades de luta que levem a horizontes emancipatórios. Este trabalho se soma aos esforços de criar condições para pensar possibilidades de resistência aos governos de extrema direita em ascensão global (Borras Jr., 2019). Concordamos com Favareto (2017) que a disputa vai além da reivindicação e da retomada dos programas anteriores, ainda que estes tenham ganhos inegáveis. Se no governo Bolsonaro outros modelos de agricultura não encontram espaços dentro do Estado, é necessário ir além do próprio Estado – como os movimentos sociais do campo têm demonstrado pelo aumento do número de manifestações (CPT, 2020). Ainda assim, a disputa pelo Estado continua sendo importante, principalmente por meio da resistência aos retrocessos. Nossos esforços não podem se restringir ao retorno do neoextrativismo (para uma observação semelhante, veja McKay, 2017). Ao contestar o extrativismo total, há que se construir um projeto de desenvolvimento plural para a maioria dos agricultores que seja anticapitalista.

Trabalhos futuros podem explorar, por um lado, como o extrativismo total se expressa em outros setores, além da agricultura (e.g., mineração, setor energético, e água). Por outro, investigar quais são os interesses e agendas que promovem o extrativismo total no Brasil e na América Latina. Se as políticas sociais legitimaram o neoextrativismo, de onde vem a base social que legitima o atual projeto violento do governo Bolsonaro?

Referências Bibliográficas

ABERS, R. N. Bureaucratic activism: Pursuing environmentalism inside the Brazilian state. *Latin American Politics and Society*, v. 61, n. 2, p. 21–44, 2019.

- ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Social movements and public policy: Rethinking actors and political opportunities. **Lua Nova**, n. 105, p. 15–46, 2018.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014.
- ACOSTA, A. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. **Beyond development: alternative visions from Latin America**, p. 61–86, 2013.
- ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 68–92, 2012.
- ANDRADE, D. Populism from above and below: the path to regression in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1–27, 2019.
- ARSEL, M.; HOGENBOOM, B.; PELLEGRINI, L. The extractive imperative in Latin America. **The Extractive Industries and Society**, v. 3, n. 4, p. 880–887, 2016.
- AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: Da autorização à legitimidade da ação. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, p. 443–464, 2008.
- BARBOSA JR, R.; COCA, E. L. DE F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. **Eutopia**, v. 8, p. 13–27, 2015.
- BARREIRA, C. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, p. 136–143, 1999.
- BOITO, A.; SAAD-FILHO, A. State, State Institutions, and Political Power in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 43, n. 2, p. 190–206, 2016.
- BORRAS JR., S. M. Agrarian social movements: The absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future. **Journal of Agrarian Change**, v. 20, n. 1, p. 3–36, 2019.
- BORRAS, S. M. Land politics, agrarian movements and scholar-activism. **Inaugural Lecture**, v. 14, 2016.
- BRAGA, R.; PURDY, S. A precarious hegemony: neo-liberalism, social struggles, and the end of Lulismo in Brazil. **Globalizations**, v. 16, n. 2, p. 201–215, 2019.
- BRUFF, I.; TANSEL, C. B. Authoritarian neoliberalism: trajectories of knowledge pro-

duction and praxis. **Globalizations**, v. 16, n. 3, p. 233–244, 2019.

BRUNO, R. Bancada Ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R.; FLEXOR, G. (Eds.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, p. 155–168, 2017.

CANCIAN, N. **Anvisa adota risco de morte como único critério para classificar agrotóxicos**, 2019. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/nova-regra-da-anvisa-reclassifica-agrotoxicos-muito-toxicos-em-categorias-mais-baixas.shtml>

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 5, n. 1, p. 70–82, 1997.

CAROLAN, M. The Rural Problem: Justice in the Countryside. **Rural Sociology**, v. 85, n. 1, p. 22–56, 2020.

CASTILHO, A. L. A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 699–707, 2018.

CASTRO, I. E. DE. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa**, v. 54, n. 215, p. 139–162, 2017.

CAYRES, D. C. Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 82, n. 2, p. 81–104, 2016.

COCA, E. L. DE F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR. **Revista NERA**, n. 26, p. 165–182, 2015.

COCA, E. L. DE F.; BARBOSA JR, R. Um ensaio sobre o desenvolvimento territorial: do incentivo ao empreendedorismo na Europa ao combate à pobreza na América Latina. **ACTA Geográfica**, v. 10, n. 24, p. 80–93, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo: Brasil 2018**. Goiânia: CPT, 2019.

_____. **Conflitos no Campo: Brasil 2019**. Goiania: CPT, 2020.

CONSEA. **Exposição de Motivos no 002, de 27 de Setembro de 2017**, 2017.

CPDOC. Verbete União Democrática Ruralista (UDR). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2019.

CYPHER, J. M. From Structuralism to Neoliberal Depredation and Beyond: Economic Transformations and Labor Policies in Latin America, 1950–2016. **Latin American Perspectives**, v. 45, n. 1, p. 24–46, 2017.

DAGNINO, E. Artigo: Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139–164, 2004.

_____. State-Society Relations and the Dilemmas of the New Developmentalist State. *IDS Bulletin*, v. 47, n. 2A, p. 157–168, 2016.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil 2017**, 2018.

DOCTOR, M. Brazil's New Government and Trade: An Evaluation of Policy and Performance. **Critical Sociology**, v. 38, n. 6, p. 799–807, 2012.

DUARTE, J. P. P. Planos de governo dos presidencialistas: uma análise sobre a abordagem da reforma agrária para a gestão 2019-2022. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n.16, 2019.

DULCI, L.; TUBINO, N. **Quem é quem no organograma agrário e ambiental do novo governo**. *Brasil Debate*, 2019. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/quem-e-quem-no-organograma-agrario-e-ambiental-do-novo-governo/>>

DUNLAP, A.; JAKOBSEN, J. **The Violent Technologies of Extraction - Political ecology, critical agrarian studies and the capitalist worldeater**. 1. ed. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

EDELMAN, M. Hollowed out Heartland, USA: How capital sacrificed communities and paved the way for authoritarian populism. **Journal of Rural Studies**, 2019.

EDELMAN, M.; WOLFORD, W. Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice. **Antipode**, v. 49, p. 959–976, 2017.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S. **Capitalismo, Agricultura e Desenvolvimento no Brasil:**

uma Contribuição para o Debate Atual. In: SAUER, S. (Ed.). **Desenvolvimento e Transformações Agrárias: BRICS, Competição e Cooperação no Sul Global**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 71-104.

ESCOBAR, A. Latin America at a crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development? **Cultural studies**, v. 24, n. 1, p. 1-65, 2010.

FAO et al. **The State of Food Security and Nutrition in the World - Safeguarding against economic slowdowns**. Roma: FAO, 2019.

FAORO, R. **Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.

FARIA, A. A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. **Interseções**, v. 14, n. 2, p. 335-371, 2012.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes**, v. 37, n. 2, p. 7-26, 2017.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Eds.). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 215-235.

_____. **O desenvolvimento da agricultura no governo Bolsonaro - Por Bernardo Mancano Fernandes**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7apkQ1y7wIg>>

_____. A Questão Agrária no Primeiro Ano do Governo Bolsonaro. **Boletim DATA-LUTA**, 2020.

FIAN BRASIL. **Informe DHANA 2019: Autoritarismo, negação de direitos e fome**, 2019.

FISCHER, A. M. The Dark Sides of Social Policy: From Neoliberalism to Resurgent Right-wing Populism. **Development and Change**, v. 51, n. 2, p. 371-397, 2020.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 2, p. 393-420, 2017.

FREITAS, G. B. DE. O Estado e as Políticas Públicas que Tornaram a Agricultura Familiar uma Agente Importante do Desenvolvimento. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 366-389, 2018.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GILMORE, R. W. Forgotten places and the seeds of grassroots planning. **Engaging contradictions: Theory, politics, and methods of activist scholarship**, v. 31, 2008.

GLOBAL WITNESS. **At what cost? Irresponsible business and the murder of land and environmental defenders in 2017**, 2018.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar: de los conceptos a las políticas públicas en América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: FAO, 2019.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128–146, 2012.

_____. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del desarrollo**, v. 18, p. 1–18, 2013.

_____. Nuevas coyunturas entre extractivismos y desarrollo. Los límites del concepto de populismo y la deriva autoritaria. **Ecuador Debate**, n. 105, p. 23–45, 2018.

_____. Múltiples paradojas: ciencia, incertidumbre y riesgo en las políticas y gestión ambiental de los extractivismos. **Polisemia**, v. 14, n. 25, p. 5–37, 2019.

HALL, A.; BRANFORD, S. Development, Dams and Dilma: The Saga of Belo Monte. **Critical Sociology**, v. 38, n. 6, p. 851–862, 2012.

HOPEWELL, K. The accidental agro-power: constructing comparative advantage in Brazil. **New Political Economy**, v. 21, n. 6, p. 536–554, 2016.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

KRÖGER, M. The expansion of industrial tree plantations and dispossession in Brazil. **Development and Change**, v. 43, n. 4, p. 947–973, 2012a.

_____. Neo-mercantilist Capitalism and Post-2008 Cleavages in Economic Decision-making Power in Brazil. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 5, p. 887–901, 2012b.

_____. Deforestation, cattle capitalism and neodevelopmentalism in the Chico Mendes Extractive Reserve, Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 0, n. 0, p. 1–19, 2019.

LAVALLE, A. G. **Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990**.

Novos Estudos - CEBRAP, n. 66, p. 91-109, 2003.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDH, 2009.

LEITE, A. Z.; CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 247, 2018.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, J. S. G. DE; POCHMANN, M. (Eds.). **Brasil incertezas e submissão?** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

LERRER, D. F.; CARTER, M. **“Consenso de commodities”: semeando o conservadorismo político e des-democratizando o Brasil?** 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu - MG: ANPOCS, 2017.

LIMA, T.; PEREIRA, I.; BARBANTI, O. O agrogolpe e a política externa: desmantelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 396-421, 2018.

MALUF, R. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, 2015.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e Fome No Brasil-10 Anos. **CERESAN-Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 2, p. 72, 2006.

MAMONOVA, N.; FRANQUESA, J. Populism, Neoliberalism and Agrarian Movements in Europe. Understanding Rural Support for Right-Wing Politics and Looking for Progressive Solutions. **Sociologia Ruralis**, v. 0, n. 0, 2019.

MARIO, C. G. DE; TRINDADE, T. A.; TAVARES, F. M. M. Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Idéias**, v. 9, n. 1, p. 7-16, 2018.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

_____. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

- MCKAY, B. Agrarian Extractivism in Bolivia. **World Development**, v. 97, p. 199–211, 2017.
- MCKAY, B. M. Food sovereignty and neo-extractivism: limits and possibilities of an alternative development model. **Globalizations**, p. 1–19, 2019.
- MELO, T. S. DE; OLIVEIRA, A. R. DE; BARBOSA JR, R. Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique: da (in)segurança territorial à alteridade construída pela soberania popular. **Revista da ANPEGE**, v. 14, n. 24, p. 83–114, 2018.
- MERINO, R. The cynical state: forging extractivism, neoliberalism and development in governmental spaces. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 58–76, 2019.
- MESQUITA, H. A. de. A luta pela terra no país do latifúndio: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores. Rondônia, 1995. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 6, p. 109–124, 2008.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (Ed.). **O ódio como política: reinvenção das direitas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 220–246, 2018.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Neo-Developmentalism and the Challenges of Economic Policy-Making under Dilma Rousseff. **Critical Sociology**, v. 38, n. 6, p. 789–798, 2012.
- MST. **40 dias de TEMERridades no Rural Brasileiro**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2016/07/04/40-dias-de-temerridades-no-rural-brasileiro/>>.
- NEHRING, R.; HOFFMANN, M. Exporting Zero Hunger: PAA Africa and the possibilities of food sovereignty with South-South cooperation. In: DESMARAIS, A. A.; CLAEYS, P.; TRAUGER, A. (Eds.). **Public policies for food sovereignty: social movements and the state**. New York: Routledge, p. 36–52. 2017.
- NIEDERLE, P. et al. Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and Restricted Countermovements. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 3, p. 707–720, 2019.

NIEDERLE, P. A. A pluralist and pragmatist critique of food regime's genealogy: varieties of social orders in Brazilian agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 7, p. 1460-1483, 2018.

ODERICH, E. H.; GRISA, C.; BARTH, V. J. Interações entre Estado e sociedade civil na construção do FEAPER e Programa Camponês do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 373-399, 2018.

OLIVEIRA, A. U. DE. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001.

PAHNKE, A. The contradictions of neo-extractivism and social policy: the role of raw material exports in the Brazilian political crisis. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 8, p. 1656-1674, 3 ago. 2018.

PAULINO, E. T. A Liquidação Das Terras Públicas No Brasil: Contextos, Pretextos E Passivos Territoriais Em Face Da Lei 13.465/2017. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 3, p. 391-408, 2017.

PENNA, C.; ROSA, M. C. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 57-86, 2015.

ROCHA, P. V.; BARBOSA JR, R. Criminalizar é governar: uma proposta teórica para a compreensão da criminalização dos movimentos sociais do campo no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 93, p. 205-232, 2018.

RYDGREN, J. **The Oxford Handbook of the Radical Right**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

SAAD-FILHO, A. Privilege Versus Democracy in Brazil. Jacobin, 2018. Disponível em: <<https://jacobinmag.com/2018/10/brazil-election-bolsonaro-haddad-lula-pt-democracy>>.

SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. **International Review of Public Policy**, v. 2, n. 1, p. 45-67, 2020.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. (ED.). **10 Anos De Governos Pós-Neoliberais No Brasil: Lula e Dilma**. Rio de

Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019.

SAUER, S. et al. Governo Bolsonaro Amplia A Grilagem de Terras com mais uma Medida Provisória. **Boletim DATALUTA**, 2019.

_____. Rural Brazil during the Lula Administrations: Agreements with Agribusiness and Disputes in Agrarian Policies. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 4, p. 103-121, 2019.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017.

SAUER, S.; MÉSZÁROS, G. The political economy of land struggle in Brazil under Workers' Party governments. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 2, p. 397-414, 2017.

SCHINCARIOL, V. E.; YEROS, P. The political economy of ' impeachment ' in Brazil : an assessment of the Temer interlude (2016-2018). **Revista Galega de Economía**, v. 28, n. 1, p. 73-90, 2019.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Ed.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-49. 2004.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SCHREIBER, M.; FELLET, J. **Amazônia precisa de “soluções capitalistas”, diz ministro do Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49363387>>.

SCOONES, I. et al. Emancipatory rural politics: confronting authoritarian populism. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 1, p. 1-20, 2018.

SIMÕES, M. **Pesquisadora vira alvo de perseguições após comprovar que não existe dose segura de agrotóxicos**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/10/pesquisadora-vira-alvo-de-persegucioes-apos-comprovar-que-nao-existe-dose-segura-de-agrotoxicos/>>.

SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios**. Brasília: Ipea, v. 2, p. 25-50, 2010.

SOUZA, J. R. M. DE. A Política de Aquisição de Alimentos na Mira do Golpe. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 664-677, 2018.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

SUDRÉ, L. **Liberação de agrotóxicos no governo Bolsonaro é a maior dos últimos 14 anos**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/27/liberacao-de-agrotoxicos-no-governo-bolsonaro-e-a-maior-dos-ultimos-14-anos>>.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 224, p. 30-46, 2013.

_____. **Neo-extractivism in Latin America: Socio-environmental Conflicts, the Territorial Turn, and New Political Narratives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

TAVARES, F. M. M. Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 39-70, 2012.

TEIXEIRA, A. C.; TRINDADE, T. A. Participação e projetos políticos: os horizontes da democracia brasileira - Entrevista com Evelina Dagnino. **Idéias**, v. 9, n. 1, p. 249-274, 2018.

TEIXEIRA, G. As barreiras institucionais para a reforma agrária no Brasil. In: MATTEL, L. (Ed.). **Reforma agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas**. Florianópolis: Editoria Insular, 2017. p. 161-186.

TSE. **Proposta de governo de Jair Bolsonaro**, 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/jair-bolsonaro-proposta-de-governo-1o-turno>>.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, 2019.

VELTMEYER, H. The political economy of natural resource extraction: a new model or extractive imperialism? **Canadian Journal of Development Studies**, v. 34, n. 1, p.

79-95, 2013.

_____. Latin America in the vortex of social change: Development and social movement dynamics. **World Development**, v. 130, 2020.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J. **The new extractivism: a post-neoliberal development model or imperialism of the twenty-first century?** Winnipeg: Zed Books, 2014.

VERGARA-CAMUS, L.; KAY, C. Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 2, p. 239-257, 2017.

WIT, M. M. DE et al. Agrarian origins of authoritarian populism in the United States: What can we learn from 20th-century struggles in California and the Midwest? **Journal of Rural Studies**, 2019.

WITTMAN, H. From protest to policy: the challenges of institutionalizing food sovereignty. **Canadian Food Studies**, v. 2, n. 2, p. 174-182, 2015.

WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 81-105, 2017.

WOLFORD, W. State-society dynamics in contemporary brazilian land reform. **Latin American Perspectives**, v. 43, n. 2, p. 77-95, 2016.

WOLFORD, W.; FRENCH, J. D. Deconstructing the Post-Neoliberal State: Intimate Perspectives on Contemporary Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 43, n. 2, p. 4-21, 2016.

WOLFORD, W.; SAUER, S. **Authoritarian elitism and popular movements in Brazil**. 2018. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/en/authoritarian-elitism-and-popular-movements-in-brazil/>>.

_____. Notas e questões para uma conclusão prospectiva. In: SAUER, S. (Ed.). **Desenvolvimento e Transformações Agrárias: BRICS, Competição e Cooperação no Sul Global**. 1o ed. São Paulo: Outras Expressões, p. 325-335, 2019.

YE, J. et al. The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 155-183, 2019.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e

ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, p. 36–40, 2016.

ZIBECHI, R. El estado de excepción como paradigma político del extractivismo. In: **Territorios en disputa**. Mexico City: Bajo Tierra Ediciones, 2014.